

ENTREVISTA COM O PROF. MANUEL CORREIA DE ANDRADE*

GEOSUL - Gostaríamos, inicialmente, de saber se tens freqüentado o Conselho Nacional de Geografia e qual a tua impressão dessa instituição atualmente?

PROF. MANUEL - Olha, eu não tenho freqüentado o Conselho há muitos anos. Depois que houve a reformulação do IBGE e que o Conselho saiu da Esplanada do Castelo e foi para o subúrbio da Mangueira, eu não tenho tido nenhum contacto. Tenho contacto com colegas que trabalham ou trabalharam no Conselho como Orlando Valverde, Esperidião Faissol, Pedro Geiger, Nilo Bernardes, Lísia Bernardes, Elza Keller e outros, mas com o Conselho mesmo, como instituição eu não tenho tido nenhum contacto há muitos e muitos anos.

GEOSUL - O que dizer sobre a reunião da AGB em Ribeirão Preto, em 1954?

*Participaram dessa entrevista, os professores Victor Peluso Junior, Armen Mamigonian, Roland Luiz Pizzolatti, Maria Dolores Buss e o aluno Ewerton Vieira Machado do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

PROF. MANUEL - Bem, eu acho que foi para mim uma reunião marcante, do ponto de vista psicológico porque foi a primeira reunião nacional da AGB de que participei. Além disto, ela teve grande importância para toda a comunidade geográfica, face aos trabalhos apresentados, as pesquisas realizadas e a quantidade de geógrafos que reuniu. Para mim foi de grande importância porque participei de uma equipe de pesquisas que era chefiada por Pierre Mombeig - seria o meu primeiro contacto com o mestre francês - e nela a parte de geografia física era dirigida por um geólogo de grande saber e experiência - Octávio Barbosa. Eu começava a minha vida de professor universitário, sendo então um simples assistente da cadeira de Geografia Física - fora nomeado para a Universidade em 1952 e tinha pouca experiência. Também gostei muito do nível das comunicações e dos relatórios das excursões, sobretudo o da equipe urbana, dirigida por Aroldo de Azevedo, assessorado por um grupo de professores da USP: Ari França, Araújo Filho, Rocha Penteado, etc. Naturalmente, como estreiante acompanhei timidamente o andamento dos trabalhos e participei da preparação do relatório da minha equipe que atuou na região de Franca.

GEOSUL - E sobre o Congresso Internacional de Geografia do Rio de Janeiro em 1956, qual a sua impressão?

PROF. MANUEL - Para mim foi também muito marcante: em primeiro lugar porque lá apresentei o meu primeiro trabalho em um Congresso Internacional - A "ria" do Formoso na Costa Sul de Pernambuco - e, segundo porque me puz em contacto com as maiores figuras da geografia mundial, cujos livros eu manuseava e utilizava nos meus cursos e, ainda em terceiro, porque ao se concluir o Congresso foi realizado na então Universidade do Brasil um Curso de Altos Estudos Geográficos de que fui aluno. Este curso foi planejado e dirigido pelo Prof. Hilgard Stenberg, tendo como assistente a Professora Maria do Carmo Galvão e foi ministrado por sete mestres estrangeiros para quarenta estudantes brasileiros, todos professores universitários. Este curso foi

ministrado pelos professores Orlando Ribeiro, da Universidade de Lisboa que deu um curso sobre a "Geografia da Expansão Portuguesa no Mundo"; por Karl Troll, da Universidade de Bonn que deu curso sobre "Biogeografia da América Latina"; por E. Rainz, que deu curso sobre Cartografia e pelos professores franceses, todos da Universidade de Paris, Pierre Mombeig com um curso de "Geografia Agrária do Mundo Tropical", Pierre Deffontaines com "Geografia da Pecuária na América do Sul", Pierre Birot com "Geomorfologia do Cristalino" e A. Cailleux com "Sedimentologia". Eu era assistente da cadeira de Geografia Física, na então Universidade do Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco, trabalhando com o Professor Gilberto Osório de Andrade. Neste curso em que tive como colegas professores dos mais diversos estados do país - Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul - pude aprofundar e reciclar os meus conhecimentos e fazer grandes amizades pessoais. Amizades dentre os professores como Orlando Ribeiro, Pierre Deffontaines e Pierre Mombeig que em 1964/5 seria o meu orientador de estudos, quando tive que sair do Brasil e fiz pós-graduação na França, no Instituto de Altos Estudos da América Latina, graças ao apoio que recebi do professor e amigo. E esta amizade foi mantida até a morte do mestre. Gostaria de acrescentar que preparei para a Editora Ática na Coleção Grandes Cientistas Sociais um livro com uma Introdução e análise da obra de Mombeig e uma seleção de artigos seus, que espero seja em breve publicado. Entre os colegas me aproximei muito de Bonifácio Fortes, de Sergipe, de Milton Santos, Dalmo Pontual, Nilda Guerra de Macedo (já falecida) e de Anna Carvalho, da Bahia, de Guiomar Goulart de Azevedo e Alisson Guimarães (já falecido), de Minas Gerais, de Araújo Filho e Blás Berlanda Martinez, de São Paulo e de Rafael Copstein e Alba Gomes, do Rio Grande do Sul. Admito que o Curso de Altos Estudos Geográficos, quer pela sua importância científica, quer pelo contacto que abriu entre professores brasileiros que se iniciavam e dos mesmos com os mestres estrangeiros contribuiu enormemente para o desenvolvimento da

Geografia brasileira.

Convém salientar ainda que ao mesmo tempo em que se realizava este curso na Faculdade Nacional de Filosofia, se realizava também em uma faculdade particular localizada na Tijuca, um curso de Geomorfologia com o Prof. Jean Tricart, da Universidade de Strasbourg. Este curso tinha a maior importância porque Tricart divulgava aos seus estudos sobre Regiões Morfoclimáticas que teriam uma grande influência nos estudos geomorfológicos, nos anos Sessenta, no Brasil. Suas aulas foram depois publicadas em livros dando uma maior divulgação às suas idéias. Convém salientar que as aulas de Tricart eram ministradas a noite e muitos dos meus colegas e eu próprio, ao concluirmos os trabalhos no Curso de Altos Estudos íamos para a Tijuca receber os ensinamentos do mestre de Strasbourg. A influência de Tricart na evolução do pensamento geográfico no Brasil foi muito grande quer através da divulgação de suas obras, quer através da orientação de brasileiros, sobretudo da Bahia, que se doutoraram em Strasbourg.

GEOSUL - Seria interessante colocares mais a respeito da experiência das outras assembléias da AGB. A que tipo de experiências corresponderiam essas viagens de campo, os debates, as teses e as comunicações?

PROF. MANUEL - Bem, eu peguei o trem da AGB, como disse, em 1954 em Ribeirão Preto. Tivera os primeiros contactos em 1952 mas não pude ir a Assembléia de Campina Grande nem a de Cuiabá de 1953. A partir de 1954 passei a frequentar a AGB com assiduidade até 1963 sem perder uma única Assembléia, e acho que as assembléias da AGB funcionaram para mim como uma verdadeira pós-graduação apesar de ter feito cursos regulares de pós-graduação em Paris (1964/5) e no Rio de Janeiro (1956). A AGB foi assim a minha escola e creio que também de numerosos geógrafos de minha geração. O curso que fiz no Rio de Janeiro, apesar de sua importância foi muito rápido e o de Paris, o fiz já amadurecido, experiente em Geografia, e muito preocupado com os problemas políticos brasileiros, de vez que saíra do país

para fazê-lo devido à situação difícil, de insegurança em que me encontrava após o golpe de 1964. Daí a importância que dou à freqüência à AGB.

Na realidade o recém-formado em Geografia e História e após a década dos Sessenta em Geografia era diplomado e solto no mercado de trabalho a procura de emprego sem maiores especializações. Tinha que "se virar". Se ele ia à AGB, em suas reuniões anuais, ele entrava em contacto com as principais figuras da geografia brasileira, ouvia teses e comunicações que eram debatidas e julgadas e tinha oportunidade de participar de trabalhos de campo e da elaboração dos relatórios que eram em seguida apresentados aos participantes e discutidos. As vezes as críticas feitas aos trabalhos apresentados eram muito fortes e provocavam a reação dos que apresentavam suas teses, dando oportunidade a se situar científica e metodologicamente. Lembro-me que o primeiro trabalho que apresentei foi na Assembléia de Garanhuns, em 1955. e teve como crítico o Prof. Asiz Ab'Saber, muito moço mas já com um grande prestígio científico. A crítica do mestre paulista foi arrasante, mas não desanimei, defendi o meu trabalho sobre "A Borda Oriental da Borborema na área de Vitória de Santo Antão" e tive a alegria de vê-lo aprovado para publicação, desde que eu fizesse algumas pequenas retificações.

Nos trabalhos de campo os participantes eram divididos em 4 grupos, ficando um encarregado de estudar a cidade e os demais, áreas próximas à cidade sede. Havia assim sempre uma equipe de geografia urbana. Na AGB eu fiz carreira, porque tendo apresentado a minha primeira comunicação em 1955, em Garanhuns, apresentei uma segunda no Rio de Janeiro no XXVIII Congresso Internacional de Geografia, em 1956, fui proposto para sócio efetivo em 1958 (Santa Maria) e em 1959 em Viçosa dirigi a primeira equipe de pesquisa, na área fumicultora de Ubã. Em 1960, na reunião de Mossoró, dirigi um seminário sobre "Problemas Agrários do Brasil" e em 1961 fui eleito, por indicação dos colegas do Rio de Janeiro, Presidente da AGB, na assembléia realizada em Londrina. A eleição foi praticamente unânime e o fato me levou a procurar realizar uma assembléia que mar-

casou a vida da AGB, em Penedo, em 1962. Nesta assembléia organizamos um simpósio sobre "A Geografia e o Planejamento Regional" coordenado por Orlando Valverde e que contou com a presença, como expositores, de Celso Furtado, então Superintendente da SUDENE e de Teotônio Vilêla, então Vice-Governador de Alagoas. Uma equipe sob a direção de Nice Lecocq Müller fez a Geografia Urbana de Penedo, enquanto uma outra sob a direção de Milton Santos estudou a área policultora de Itabaiana em Sergipe, uma segunda sob a direção de Carlos Augusto Figueiredo Monteiro estudou a rizicultura no Baixo São Francisco e uma última sob a direção de Elza Keller estudou a área fumicultura de Arapiraca. Na equipe do Baixo São Francisco participou dos trabalhos o geógrafo e economista Caio Prado Júnior, fundador da AGB e que retornava ao seio da sociedade em Penedo.

O meu sucessor na presidência da AGB foi Milton Santos, então da Universidade da Bahia, que realizou a assembléia de Jequié e, em seguida José Francisco de Camargo que fez em 1964 a reunião em Poços de Caldas. A organização da AGB era aristocrática de vez que a maior soma de poder a nível nacional ficava nas mãos de algumas dezenas de sócios efetivos enquanto os sócios cooperadores atuavam mais à nível regional e municipal. Daí se sentir uma pressão de baixo para cima, procurando facilitar a ascensão dos profissionais mais jovens aos cargos de direção e ampliar o universo de comparecimento aos congressos e assembléias. O número de sócios que frequentavam as reuniões elevou-se consideravelmente contribuindo para uma pressão democratizante. Por isto, na assembléia de Montes Claros, quando o presidente era Ney Strauch, decidiu-se fazer uma reformulação dos estatutos, o que foi conseguido em uma reunião realizada em São Paulo. Com a reforma passaram a ser sócios titulares - desapareceram os sócios efetivos - todos os profissionais de geografia, professores ou planejadores e permaneciam como sócios cooperadores os estudantes e os não geógrafos interessados em geografia que se associaram a AGB. Com este novo estatuto as reuniões passaram a ser realizadas de dois em dois anos e os presidentes passaram a ter mandatos de dois anos. Assim, Araújo

Filho presidiu a AGB de 1970 a 1972, fazendo o Congresso em Presidente Prudente; Lysia Bernardes de 1972 a 1974, fazendo o Congresso em Belém do Pará; David Márcio de 1974 a 1976, fazendo o Congresso em Belo Horizonte; José Cezar Magalhães de 1976 a 1978 fazendo o Congresso em Fortaleza e sendo sucedido por Marcos Alegre, que renunciou com toda a diretoria em 1979, quando um novo grupo tomou o poder e fez novos estatutos. Nessa fase estive inteiramente integrado a AGB tendo sido vice-presidente nas administrações de Araújo Filho, de David Marcio, de José Cezar Magalhães e de Marcos Alegre, tendo renunciado com ele.

Os estatutos de 1970 funcionaram sem contestações até 1978 quando grupos jovens, fizeram grande contestação à organização da AGB e à aqueles que a dirigiam. Na eleição apresentaram-se dois candidatos, Marcos Alegre e Cassemiro Jacob, mas não se conseguiu conciliar os dois. A vitória de Marcos Alegre não deu as mesmas condições de manter a AGB dentro da linha de reformas e de ampliação que vinha sendo feita e em 1979, em reunião em São Paulo, os sócios cooperadores conseguiram, com apoio de alguns dos sócios efetivos controlar a assembléia, em grande parte formada por estudantes, provocando uma ruptura e a transformação da AGB em uma sociedade onde os estudantes passaram a ter um verdadeiro controle dos destinos da mesma. É natural que com o tempo a radicalização das posições tenha sido atenuada que alguns geógrafos que se afastaram da mesma no período crítico voltaram a colaborar e que ela venha fazendo congressos bianuais com uma frequência muito numerosa. E nestes congressos tem havido uma grande participação de geógrafos das mais diversas gerações.

De minha parte compreendi que a vez agora - a partir de 1979 - era das novas gerações e me afastei da participação na administração da AGB embora tenha comparecido a alguns dos seus encontros, como o de Porto Alegre e o de São Paulo. Daí o meu testemunho ser mais válido para o período 1954/1979.

GEOSUL - Mas como é que o senhor vê essa mudança, a renovação da AGB a partir de 1978, lá em Fortaleza e a evolução do movimento até hoje? E junto com essa pergunta, a diminuição no clima de debates no interior da AGB em função de grupos que se organizam previamente propondo os temas, abandonando os trabalhos de campo, de pesquisa direta? Isso não significa uma certa perda de vitalidade?

PROF. MANUEL - Olha, eu acho o seguinte: vamos falar em três fases. Houve uma fase anterior em que a AGB era uma instituição paulista, mas nesse período eu não tinha contacto com ela. Na fase seguinte, acho que havia quase que uma transferência da Universidade, do papel a ser desempenhado por essa para a AGB, os sócios efetivos formavam uma categoria de professores que tinha todo o controle de acesso à categoria. Eram eles que compunham a diretoria, eram eles que chefiavam os grupos de trabalho. Os chefes de grupo eram assessorados por outros colegas que, muitas vezes, eram sócios cooperadores. Era bastante hierarquizado e havia uma posição da Geografia muito na linha vidaliana, francesa. Esta posição muito alinhada impedia que houvesse uma discussão mais aberta, inclusive de implicações políticas dentro da AGB. Eu confesso que sou um geógrafo que me formei inicialmente em Direito (1945) e só posteriormente em Geografia e História (1947) e um homem que desde a juventude teve atuação política; nunca fui líder estudantil, sempre atuei em movimentos políticos como o que pressionou o governo Vargas a entrar na guerra contra os alemães e em seguida na campanha contra o Estado Novo. Já em 1944 eu era preso e denunciado com numerosos colegas perante o Tribunal de Segurança Nacional, tendo o processo sido interrompido pela lei da anistia. E como estudante de Direito, no Recife, em uma faculdade que dispunha de uma excelente e diversificada biblioteca eu li Ratzel e Reclus. De Ratzel eu li a Antropogeografia em edição italiana, por não saber alemão e não haver disponível edições em francês ou inglês. Costumava ir às tardes para a Faculdade de Direito - as aulas eram pela manhã - a fim de ler em sua biblioteca. Então não havia faculdade de filo-

sofia no Recife - a primeira foi criada em 1940, mas só para moças e a segunda, mista, foi criada em 1943 - e todos os estudantes que se interessavam por ciências sociais ou por literatura iam para a Faculdade de Direito. Dentre os estudantes apenas uma minoria tinha interesse por estudos eminentemente jurídicos, de vez que a maioria preocupava-se mais com as ciências afins. Em certa ocasião em que um grupo de estudantes conversava e referindo-se a um colega que tinha maior preocupação com o Direito, disse um outro colega "Puxa, ele está interessado na Ciência do Direito".

Embora tenha sido um bom aluno - recebi várias distinções durante o curso de Direito - eu trazia um pouco dessa inquietação pelas ciências sociais, e levei as mesmas para o magistério de geografia a que me dediquei depois de licenciado e para as minhas pesquisas. Isto fazia com que nossos colegas, sobretudo o grupo do IBGE, fizessem muitas críticas e as minhas posições, considerando-me como pouco enquadrado na geografia então dominante. Lembro-me mesmo que quando um grupo de colegas de São Paulo, prôpos em Colatina, a minha candidatura a sócio efetivo, o Nilo Bernardes, um dos mais eminentes geógrafos brasileiros e meu amigo pessoal me disse que não me considerava amadurecido para ser sócio efetivo. Lhe respondi que "o problema não era meu, o problema era dos sócios efetivos que fizeram a proposta" e que eu não teria nenhuma magua se ele voltasse contra a mesma. Ele respondeu "Não, não vou votar contra se você já tem dezessete assinaturas na proposta organizada pelos paulistas". Eu sentia que apesar de bem relacionado com os colegas muitos me consideravam como um estranho face a minha heterodoxia. E eu fui eleito.

Na fase seguinte, em 1970, minha opinião é que com a atitude democratizante de estender a condição de sócio titular para todos os profissionais, não tiveram os jovens formandos que passar por um tipo de barreira que era muito séria, muito difícil. Em contrapartida a AGB perdeu muito o caráter de instituição que ministrava cursos, que formava geógrafos. Primeiro porque ela não podia concorrer com as universidades que estavam criando cursos de pós-graduação. Segundo com a participação de centenas de geógrafos

aos encontros não se podia fazer excursões de pesquisas de campo. Se compareciam mil geógrafos como ocorreu em Presidente Prudente, não se podia fazer cinco excursões com 200 participantes cada uma ou muito menos organizar vinte excursões com cinquenta geógrafos cada. E as assembléias gerais se transformam em encontros, em que se realizavam simpósios sobre temas mais em foco, se apresentavam teses e comunicações e se faziam as excursões clássicas dos congressos científicos em que uma comissão prepara anteriormente um livro guia e o organizador conduz os participantes para ver aquilo que foi predeterminado. Eu perdi maior interesse pelas excursões de vez que o participante não "descobria nada", sabendo de antemão o que ia ver e não tinha oportunidade de efetivar discussões posteriormente.

A partir de 1976 sentiu-se que havia alguma inquietação nas bases insatisfeitas da associação o que prenunciava novas pressões em favor de mudanças. Armen, que chamo o "poeta da democratização" participou desta luta que até certo ponto teve o meu apoio. Em 1978, no encontro de Fortaleza, Milton Santos, recém chegado da Europa levantou uma série de críticas à direção da AGB em ocasião em que se conduziu mal o processo sucessório de José Magalhães. Apresentaram-se duas chapas, uma encabeçada pelo Marcos Alegre, de Prudente e outra por Cassemiro Jacob, do Rio Grande do Sul. O Armen tentou articular a candidatura de Caio Prado Júnior, que tinha uma grande autoridade intelectual e política tanto por ser fundador da AGB como por ter sido um homem de posições políticas bem definidas em favor de reformas sociais profundas na sociedade brasileira. Caio, a quem sou muito ligado não aceitou a disputa, alegando a falta de maior contacto com as lideranças da associação. Eu que era candidato na chapa de Marcos Alegre a vice-presidência, tentei contornar a situação propondo que diante da agitação que ocorria se fizesse uma conciliação com uma chapa Marcos Alegre/Cassemiro Jacob fundindo as duas correntes. Houve intransigência de parte a parte e Marcos venceu a eleição para um período presidencial que se previa difícil.

Alguns geógrafos proeminentes e grupos estudantis começaram a agitar a necessidade de uma reforma total dos estatutos, provocando a convocação de uma assembléia geral específica em São Paulo em 1979. Nesta assembléia, realizada no Departamento de Geografia da USP os estudantes com apoio de alguns professores deram um golpe de força, pressionando os poucos sócios titulares presentes. Muitos se retiraram e a Diretoria se viu em uma situação em que tinha duas alternativas: renunciar ou recorrer ao judiciário.

Reunida a Diretoria por proposta de Marcos Alegre e com o meu apoio resolveu renunciar entregando a AGB aos "revolucionários", que surpreendidos elegeram ao Armen como seu presidente. A partir daí me afastei da "militância agebeana" embora tivesse participado das reuniões bianuais de Porto Alegre (1982) e São Paulo (1984). Senti porém que houve um período de crise de adaptação do novo sistema de poder, com presidências muito radicais e com a entrega dos núcleos regionais a pessoas que não tinham liderança nos estados. Em Pernambuco por exemplo a AGB passou a existir durante vários anos apenas nas vésperas dos congressos quando alguns geógrafos desejavam viajar participando dos encontros. Por isto não fui aos encontros de Campo Grande (1986) nem de Maceió (1988). Acho porém que ela em termos modernos está se encontrando, se reestruturando sobretudo a partir da presidência José da Silva (1986/8) continuada pela Arlete, eleita em Maceió em 1988. A AGB se reestrutura assim em novos moldes, respondendo aos desafios do momento histórico e acredito que possa desempenhar as funções que a maioria dos geógrafos almejam, eliminando as disputas entre grupos sequiosos de poder que tumultuaram a sua existência, por alguns anos.

GEOSUL - Está certo, está certo. Perguntamos, então, Manuel, se ao longo do tempo estas divergências não foram se atenuando excessivamente?

PROF. MANUEL - Havia durante um certo período uma luta pelo controle da AGB entre grupos divergentes que culminou com a eleição realizada em Campina Grande (1952) quando a presidência foi disputada por José Veríssimo e Dirceu Lino de Matos. Veríssimo venceu por um voto e o grupo dirigente da AGB temeu pela desagregação da sociedade. Por isto em 1953, em Cuiabá elegeram Dirceu Lino de Matos para a Presidência e combinaram que daí em diante haveria um acordo prévio para a apresentação de candidatos, seguindo-se em um ano um candidato indicado por São Paulo, em seguida um candidato indicado pelo Rio de Janeiro e, em seguida um candidato dos estados que tinham menor representação entre os sócios efetivos. A distribuição decorria do fato de um terço, aproximadamente, dos sócios efetivos viverem em São Paulo, um terço no Rio de Janeiro e o terço restante se distribuírem pelos demais estados do Brasil. No meu caso, por exemplo eu fui eleito em Londrina em 1961, sucedendo a Pasquale Petrone. Era a vez do Rio de Janeiro, mas os cariocas não chegaram ao consenso sobre um candidato carioca e me indicaram. O meu sucessor foi Milton Santos, que era da Bahia e a ele se seguiu Camargo que era de São Paulo e teve um sucessor carioca. Em 1965 foi eleito o Peluso, de Santa Catarina, que realizou a assembléia em Blumenau e foi sucedido por um colega de São Paulo.

GEOSUL - eu acho que o Peluso foi presidente da AGB depois de Camargo. Ele foi eleito no Rio de Janeiro e realizou a reunião em Blumenau em 1966.

PROF. MANUEL - Creio que você está enganado, de vez que Camargo encerrou a sua administração em 1964 em Poços de Caldas tendo havido um carioca no período 64/5, que realizou a Assembléia no Rio, onde Peluso foi eleito Presidente. A política de conciliação continuou, com menos rigidez a partir da reforma liberalizante de 70, quando os Presidentes passaram a ter mandatos de dois anos, com Araújo Filho (1970/2), Lysia Bernardes (1972/4), David Márcio (1974/6), José Cezar Magalhães (1976/8) e Marcos Alegre (1978/80) que renunciou em 1979 com a implantação do novo estatuto.

GEOSUL - Neste sentido então completo a pergunta, Manuel. Esse clima de conciliação que na minha opinião se manifesta, por exemplo, quando entra a quantitativa, e tu fostes uma das raras pessoas que se posicionaram contrariamente, que debateram... já ali não estava demonstrada uma conciliação muito forte, porque poucas pessoas divergiam das colocações.

PROF. MANUEL - Bem, a diretoria ao meu ver, a cúpula estava ocupando o poder há muito tempo e numa conciliação longa o poder cansa. A conservação do poder exige concessões. Houve um domínio da quantitativa que não foi apenas na AGB, foi geral na Geografia Brasileira, liderada por Rio Claro e pelo Rio de Janeiro. Havia alguma resistência, mas não forte e a grande luta foi travada ao meu ver em 72, em Presidente Prudente, modéstia à parte, fomos eu e Armen que enfrentamos praticamente sozinhos feito dois "quixotes" a onda do quantitativismo. Nem todo mundo era quantitativista, mas a maioria não queria enfrentar os quantitativistas, porque os quantitativistas representavam o pensamento do governo autoritário, através da ação do IBGE. E as pessoas não queriam ser incomodadas. Agora, nas reuniões de Belém (1974) e Belo Horizonte (1976) esta luta continuou mas paralelamente a outra, a da dependência da geografia brasileira aos cânones estrangeiros. Entre os quantitativistas salientavam-se pela importância que tomaram o Roberto Lobato, que hoje mudou de posição, o Felizola Diniz, o Cristofoletti, o Ceron e ganhou grande intransigência no Conselho Nacional de Geografia onde se destacavam o Esperidião Faissol e o Pedro Geiger. Estas simpatias levaram até geógrafos cariocas a escreverem artigos sobre o Poder Nacional bem na linha do governo Medici - Artigos publicados na Revista Brasileira de Geografia. A proporção que o regime autoritário foi enfraquecendo e o propagado crescimento do "milagre brasileiro" foi desmoralizando muitos quantitativistas mudaram de posição, alguns por novas reflexões e outros por oportunismo. Nesta ocasião o Milton retornou da Europa com novas idéias, pregando posições críticas e filosóficas, arregimentou seguidores e, em For-

taleza, levantou uma bandeira de luta que gerou a crise institucional da AGB em 1979. A grande diferença era entre os que defendiam que o geógrafo era o profissional de geografia, fosse professor ou pesquisador e os que consideravam como geógrafos também os estudantes que se inscrevessem no primeiro semestre do curso, equiparando estes em direitos com os profissionais. Com a crise de 79 e a reformulação dos estatutos da AGB os congressos, as vezes chamados de encontros, são do tipo clássico, perderam a função pedagógica, não contribuindo para a formação dos geógrafos jovens. Assim as pessoas levam trabalhos que são apresentados em numerosas mesas e são publicados em Anais, onde se misturam trabalhos de valor, de bom nível, com trabalhos de péssima qualidade. O leitor fará a seleção do que lhe interessa. Ao lado disto desenvolvem-se cursos e mesas redondas, com acentuado sentido político. Estas reuniões não tem nada a ver com as antigas, nem poderiam ter porque "a história só se repete como farsa". Os acontecimentos se dão dentro de um contexto social e, conseqüentemente não podem ser repetidos.

GEOSUL - Você fez uma apreciação muito clara sobre as publicações dos Anais. Por que não houve mais a publicação deles para AGB? É uma pena. Aquele de Blumenau, por exemplo, em que se dirigiu aquela pesquisa sobre indústria, não foi publicado como aconteceu com outros que fizeram pesquisas sobre a cidade.

PROF. MANUEL - Bem hoje, a AGB vem publicando os Anais dos encontros que realiza, muitas vezes até fazendo a distribuição dos mesmos durante a própria reunião. No período anterior a 1979 havia uma série de dificuldades, como: falta de recursos para publicar trabalhos ricos em fotografias e mapas e que demandavam o uso de papel de boa qualidade, caro; as Assembléias eram realizadas no fim do mandato do Presidente e o sucessor se preocupava mais com a Assembléia que ia realizar do que com gastos com publicações da administração anterior; finalmente, era comum que os colegas que chefiavam equipes, não fornecessem de-

pois os relatórios apesar do compromisso de fazerem que assumiam. Assim na Assembléia de Penedo dos quatro chefes de equipe apenas o Carlos Augusto, da equipe do Baixo São Francisco entregou o relatório que foi publicado e que é um texto do maior interesse científico. É uma contribuição valiosa à geografia brasileira. Os outros chefes de equipe nunca entregaram os seus relatórios o que me deu alguns vexames. Assim quando eu viajava para o Rio ou São Paulo, após 1962 e encontrava no avião o General Luís Cavalcanti que como Governador de Alagoas dera todo apoio à realização da Assembléia de Penedo, ele se dirigia a mim e perguntava "- Senhor estatístico, cadê o relatório das pesquisas de Alagoas?". Ele pensava que eu estava ligado ao IBGE e então me chamava de estatístico. Também nesta assembléia foi feito um seminário do maior interesse sobre Geografia e Planejamento, com o comparecimento do Superintendente da SUDENE e dos seus auxiliares direto. O Celso teria publicado o mesmo se eu tivesse conseguido que me entregassem os textos, mas isto não ocorreu.

GEOSUL - Professor Manuel, é bom retomar um pouco mais a sua vida particular, contando-nos alguma coisa sobre a sua infância, sobre a sua adolescência, sua vida de adulto desde Vicência lá no interior de Pernambuco até o Recife.

PROF. MANUEL - Bem, eu nasci em 1922 no Engenho Jundiá, no município de Vicência. Nós chamamos engenho em Pernambuco, a propriedade produtora de cana-de-açúcar, que tinha a indústria, que transformava a cana em açúcar mascavo e ou em aguardente. Meu pai era de uma família tradicional de produtores de açúcar e com intensa atividade política, bastante conservadora. Ele como proprietário de terras, industrial e bacharel em direito tinha uma certa influência na região e eu passei a infância no engenho e em Vicência, onde fiz o curso primário. Fiz o curso secundário e superior - direito e geografia e história - no Recife e me destinava a ser advogado ou magistrado, podendo também enveredar pela política. Confesso que ainda hoje gosto de ler textos de direito, sobretudo público, mas não

tinha vocação para advocacia e não poderia entrar na política com apoio da família porque na Faculdade fiz uma opção política pela esquerda. Durante o Estado Novo me opuz ao governo, fui preso, processado pelo Tribunal de Segurança Nacional junto com vários colegas, com alguns professores da Faculdade e Gilberto Freyre. Sob a orientação de Gilberto Freyre nós organizamos em Pernambuco a chamada "esquerda democrática" que era uma ala da UDN, União Democrática Nacional. Meu pai era Vice-Presidente da UDN em Vicência, mas para os udenistas a Esquerda Democrática era um apêndice periférico e útil nas eleições de 1945.

Na metade do curso de direito entrei para o de geografia e história que fiz paralelamente, tendo-me licenciado em 1947. Inicialmente advoquei sobretudo no setor trabalhista e ensinei geografia e história em colégios públicos e privados. Em 1950 fechei o escritório de advocacia e em 1952 entrei para a Universidade Federal de Pernambuco, como assistente da cadeira de Geografia Física, cujo catedrático era Gilberto Osório de Andrade, que tinha sido meu professor na Faculdade e que passou a ter direito a ter um assistente. Ao me convidar ele me disse "Eu sei que você está muito mais interessado em Geografia Humana e História e a minha disciplina é de Geografia Física. Mas eu também fiz direito e me adaptei. Essa é a oportunidade de você entrar na Universidade". Aceitei o convite e fui seu assistente até 1962. Trabalhei bastante e procurei estudar Geografia Física com profundidade. Em 1958 aposentou-se o professor de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas - Mário Melo - e eu fui convidado para substituí-lo. Na época chamava-se esta situação de complementação universitária, de vez que eu assumia as aulas de Geografia Econômica e continuava com as obrigações na Geografia Física. Em 1960 abriu-se o concurso para a cátedra de Geografia Econômica e eu me inscrevi com uma tese sobre "A Pecuária no Agreste Pernambucano". Tinha um concorrente. Pleiteiei também a minha transferência da Faculdade de Filosofia para a de Economia, e Gilberto concordou com a mesma de vez que já tinha outro assistente, a professora

Rachel Caldas Lins. A partir de 1962 fiquei ligado funcionalmente à Faculdade de Ciências Econômicas, sendo em seguida promovido a professor adjunto por tempo de serviço e a partir de 1966 a Catedrático por haver sido aprovado em primeiro lugar em concurso de cátedra. A Banca Examinadora do concurso foi composta por dois professores da casa - Lauro de Oliveira, catedrático de Economia Política e Telmo Maciel, de Estatística - e por três professores de fora, dois da USP - Ari França e Dirceu Lino de Matos - e um do IBGE - Pedro Geiger. Em princípio Pedro Geiger não podia fazer parte da banca por não ser professor catedrático nem doutor em Geografia, mas de acordo com a legislação então vingente ele foi considerado de "notório saber" e se habilitou a compor a Banca.

Na Faculdade de Ciências Econômicas fiz a minha carreira, tendo sido nomeado Catedrático em setembro de 1966 e tendo implantado e dirigido o Curso de Mestrado em Economia de 1970 a 1974. Em 1974 voltaram jovens economistas com curso de Doutorado nos Estados Unidos e eu senti um pouco de pressão porque eles desejavam que o curso tivesse um economista e não um geógrafo como coordenador. Achei que eles tinham alguma razão e antes que surgissem maiores problemas renunciei à coordenação. Fui em seguida a Calgary, no Canadá onde participei de um seminário de Geógrafos da América Latina e ao regressar me transferi para o Departamento de Geografia.

A transferência foi feita a convite de Jerônimo Lemos de Freitas que me disse "Olha, pela reforma universitária o professor de Geografia Econômica deve ficar no Departamento de Geografia e não no de Economia. Você não foi para o Departamento de Geografia em 1970 porque era coordenador do curso de Mestrado em Economia. Agora nós queremos que você venha para cá." Eu respondi que iria com a maior satisfação desde que o Departamento concordasse com a minha transferência. Aceitei com saudades de vez que fora na Escola de Economia que eu me doutorei, alcancei a cátedra, dirigi mestrado e vivi mais de 15 anos.

Ao chegar na Geografia me disseram que "como eu tinha experiência na organização de mestrados, por haver partici-

pado da organização dos mestrado de Economia, de Sociologia e de Desenvolvimento Urbano achavam que eu devia organizar e coordenar o de Geografia. Tive total apoio do então Reitor Paulo Maciel e organizei o mestrado de Geografia que começou a funcionar em 1976, tendo coordenado o mesmo até 79. Consegui contratar professores novos, mobilizar professores de outros departamentos para lecionar matérias afins e iniciar a organização de pequena biblioteca. O mestrado tinha uma linha crítica, com grande tendência dialética embora fosse aberto a professores de outras orientações e isto provocou a atração de alunos de todo o país. Mas houve algumas dificuldades para o seu reconhecimento. É bom lembrar que estávamos em plena ditadura e que o Ministério procurava impor um modelo americano de qualquer forma. Vivemos bem, trilhando o caminho que traçáramos enquanto Paulo Maciel foi reitor, mas quando ele concluiu o seu mandato, sendo substituído por Geraldo Lafayette, concluí que a situação ia ficar muito difícil. Ainda assim fui convidado para continuar na coordenação, mas ao ver que o novo Reitor colocara como Pró-Reitor de Pesquisas e Pós-Graduação um professor com orientação oposta a minha, entreguei o cargo em caráter irrevogável. O Reitor nomeou a Professora Rachel Caldas Lins, catedrática de Geografia Regional para me substituir. Continuei no Departamento como professor até a ocasião em que uma lei diminuiu o tempo de serviço para aposentadoria (passou a ser de 30 anos), eu requeri a aposentadoria e me afastei da Universidade no início do ano de 1985. Continuo orientando dissertações e examinando, tanto no curso de Geografia como no de Sociologia. No momento corre um processo, por proposta do Departamento de Ciências Sociais, concedendo a mim o título de professor emérito.

GEOSUL - Além dessa tua atuação como professor e pesquisador da UFPE, o que podes contar de tua passagem pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e da tua participação na SUDENE, como pesquisador e consultor?

PROF. MANUEL - Na Católica fui aluno de 1943 a 1947 quando fiz os cursos de Bacharelado (1943/45) e de Licenciatura (1947) em Geografia e História. Então era uma escola isolada, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Manuel da Nobrega, que se integrou à Universidade Católica quando a mesma foi fundada. Em 1953, já assistente na UFPE, fui convidado para lecionar História do Brasil na Católica e em seguida Geografia Regional. O curso da Católica funcionava a noite o que dificultava qualquer atividade de pesquisa. O problema dos cursos noturnos porém é nacional. Em 1964 me licenciiei da Católica para ir para a Europa e ao voltar em 1965 os jesuítas criaram um Instituto de Geociências que abrangia o Curso de Geografia - Licenciatura e Bacharelado - e as disciplinas geográficas e geológicas ministradas em outros cursos. Fui o seu diretor e quando o Instituto foi extinto, sendo substituído pelo Departamento de Geografia, fui designado seu Chefe, cargo em que permaneci até 1974 quando me aposentei do ensino privado. Durante a minha administração eu conseguia levar ao Departamento de Geografia da Católica professores visitantes que vinham ao Recife, a convite da Federal e eles proferiam conferências e davam cursos de curta duração. Um deles foi o Prof. Michel Phliponneau, da Universidade de Rennes que deu um curso de Geografia Aplicada. Ao me aposentar a UNICAP me concedeu o seu título máximo, de "doutor honoris causa", que até então só concedera a autoridades que haviam prestado serviços à Universidade. Fui o primeiro professor a recebê-lo.

Além da Universidade Católica trabalhei também para o Estado como Professor Catedrático de Geografia Geral do Ginásio Pernambucano e fiz pesquisas para a SUDENE. Entre as pesquisas que coordenei para a SUDENE, destacam-se uma sobre as áreas de domínio da pecuária semi-intensiva na Bahia e no Norte de Minas Gerais, uma sobre o Sertão Sul - toda a porção semi-árida ao sul do rio São Francisco -, e uma sobre a área canavieira, todas publicadas. Também coordenei uma pesquisa, ainda não publicada, sobre uma regionalização ecológica do Nordeste. Trabalhei para a SUDENE desde a superintendência de Celso Furtado até 1985, sempre

através de convênios em que interferiam a Universidade ou o CNPq, nunca como funcionário da mesma.

Também como bolsista pesquisador do CNPq venho realizando trabalhos de pesquisas desde 1980. No momento desenvolvo pesquisa sobre a Produção Mineral no Norte e Nordeste do Brasil, já tendo um volume publicado.

Depois que saí por aposentadoria da UFPE fui contratado pela Fundação Joaquim Nabuco para dirigir o Centro de Documentação e Estudos de História Brasileira (CEHIBRA) onde ainda me encontro e ministrei cursos como professor visitante na Universidade de São Paulo (1986 e 1987) e na Universidade Federal de Santa Catarina (1988).

GEOSUL - Em Pernambuco, contigo, com Gilberto Osório, com Mário Lacerda de Melo, constituiu-se um núcleo geográfico de destaque nacional. Como é que Mário Lacerda e Gilberto Osório se formaram como geógrafos? Como é que este grupo que praticamente acabou, desaparecendo recentemente com o falecimento de Gilberto e com a aposentadoria de Mário, funcionava? Gostaríamos que tu falasses sobre este núcleo tão dinâmico.

PROF. MANUEL - Gilberto Osório e Mário Lacerda formalmente não eram geógrafos, mas bacharéis em direito. E por certo tempo, a aspiração de Gilberto foi a Faculdade de Direito onde fez concursos para Livre Docente de Direito Constitucional e de Cátedra para Direito Internacional Público. Neste interím, o Governo do Estado fundou uma Faculdade de Filosofia, depois absorvida pela UFPE e nomeou a Gilberto que já lecionava nas faculdades particulares como professor de Geografia Física e Mário Lacerda que era economista do IAA, professor de Geografia Humana. Em 1952 criaram lugares de assistentes e entramos eu para a primeira cadeira e Hilton Sette para a segunda. Formado o grupo passou o mesmo a realizar excursões com estudantes e em seguida, pesquisas de campo.

GEOSUL - Como é que se deu, que tipo de estímulos existiam?

PROF. MANUEL - Queríamos fazer pesquisas e tendo Gilberto Osório sido nomeado Secretário de Educação no Governo Etelvino Lins teve condições de promover a ida ao Recife dos geomorfólogos Francis Ruellan e Asiz Ab'Saber para ministrarem cursos. Também em 1952, João Dias da Silveira e Asiz Ab'Saber, presidente e secretário da AGB, respectivamente, estiveram no Recife e lançaram as bases para fundação da Secção Regional da AGB. Para isto Mário e Gilberto foram eleitos sócios efetivos em 1953. A AGB funcionava com reuniões semanais com a maior regularidade. Nesta época também, foi implantado o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, depois transformado em Fundação, por Gilberto Freyre, em 1949. Este Instituto resolveu realizar pesquisas a respeito do impacto sobre o meio ambiente do lançamento das caldas das usinas, assunto que preocupava a Gilberto Freyre desde a década de 30. Destas pesquisas resultaram a publicação de quatro livros da série "Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental", dois de autoria de Gilberto Osório e dois de Manuel Correia de Andrade. O problema do lançamento do vinhoto nos rios ainda é assunto hoje de grande discussão e interesse.

GEOSUL - Ele fala também do verde do Recife que estava desaparecendo. Numa das publicações fala no verde que existia e estava desaparecendo...

PROF. MANUEL - Gilberto Freyre foi um dos primeiros intelectuais brasileiros a se preocupar com o problema ecológico, daí o apoio que deu às pesquisas sobre os rios açucareiros. Também ele próprio, em vários trabalhos, salienta a importância da ecologia. Ao iniciar a década dos sessenta também esteve no Recife, como professor visitante por um ano o Prof. Michel Rochefort, que deu cursos sobre Introdução à Geografia Humana e sobre Geografia Urbana, divulgando idéias novas, discípulo que era de Pierre George. E sua contribuição foi muito grande à geografia pernambucana.

Em 1962 também esteve no Recife o escritor Caio Prado Júnior, que contactou a mim convidando-me para escrever

um livro sobre a problemática agrária do Nordeste, de vez que se discutia muito a necessidade de uma reforma agrária e se conhecia pouco a realidade a ser reformada. Eu escreví então "A Terra e o Homem no Nordeste" que foi lançado pela Editora Brasiliense e hoje tem cinco edições brasileiras e uma norte-americana. Como o meu livro dava grande importância aos problemas sociais e à formação histórica, os geógrafos mais ortodoxos não se pronunciaram sobre o mesmo ou até o atacaram, mas em compensação historiadores e sociólogos se preocuparam com as teses ali expostas e o discutiram muito. Durante a década dos sessenta ele foi muito mais citado e discutido por cientistas sociais do que por geógrafos propriamente ditos. Em parte também o encaravam com reserva porque no livro havia fortes denúncias contra o latifúndio e a expropriação dos trabalhadores rurais. Ele levou, assim, mais de dez anos para ser aceito pelos geógrafos.

Ainda respondendo a questão sobre a formação do núcleo de geógrafos pernambucanos, acrescentamos que ele cresceu nos anos cinquenta e sessenta, mas naturalmente este crescimento provocou lutas internas, divergências fortes, tanto do ponto de vista de orientação e metodologia, como de luta por espaço. As divergências também são estimulantes e construtivas e ao meu ver, o grupo ganhou maior prestígio após a criação do Curso de Mestrado, por uma maior facilidade de incorporação e captação de jovens geógrafos que poderiam dar uma boa contribuição no futuro. Dentre as dissertações defendidas, algumas de alto valor tem sido publicadas, fazendo crescer a produção geográfica pernambucana e nordestina.

GEOSUL - Falaste da tua formação, Manuel, referindo-te ao teu conhecimento, por exemplo, do Ratzel já na Faculdade de Direito. Falaste igualmente de Reclus. Quando é que tiveste contacto com o Reclus e outros que de alguma maneira, não necessariamente geógrafos, influenciaram tua formação? Se possível - a mesma coisa vale para o Mário Lacerda e para o Gilberto Osório - identificando as influências, digamos intelectuais, que a geografia pernambucana sofreu em seus inícios.

PROF. MANUEL - No meu curso secundário havia cinco anos de ginasio e dois de colégio, o chamado complementar. No curso complementar, os estudantes se dividiam em três grupos: o que se destinava ao Direito fazia o pré-jurídico; a área de saúde, o pré-médico; e a área politécnica, a pré-engenharia. Eu fiz, naturalmente, o pré-jurídico. Neste curso tive cadeiras de Latim, Economia Política, Literatura, Sociologia, Biologia, História, Higiene e Geografia Humana. Para entrar na Faculdade de Direito fiz vestibular de Geografia Humana; eu me interessei logo, por Sociologia e Geografia Humana. A Faculdade de Direito do Recife era e é um centro de cultura tradicional, de vez que foi fundada em 1827 em Olinda e transferida em 1856 para o Recife. Ela tinha uma biblioteca de 60 mil volumes, a maior do Recife, quando eu era estudante. Na biblioteca haviam os livros dos clássicos do pensamento nas várias ciências sociais e na literatura. Tinha uma sala de leitura muito ampla, ventilada e com cadeiras confortáveis e como sou um homem que tem uma fome insaciável de leituras a freqüentei muito quando estudante. Meu interesse pelas ciências sociais fora estimulado em 1941, no primeiro ano do curso pelo Professor Arnóbio Graça que era um líder integralista, mas que aconselhava aos alunos a lerem Marx e seus discípulos, dizendo que ele concordava com as críticas de Marx à sociedade burguesa, mas discordava do mesmo quanto às soluções que propunha. Estávamos no Estado Novo e os livros considerados subversivos eram proibidos pela censura, mas esta não atingia a biblioteca da Faculdade, face ao prestígio da mesma que impedia a entrada da polícia em seu recinto. A Praça Adolfo Cisne, em que se situa a faculdade, era considerada "território livre" e nós podíamos na sua biblioteca ler livros que não circulavam nas livrarias. Além de obras como as de Ratzel e Reclus já referidas, havia na biblioteca livros de Marx, Engels, Kaustky, Rosa de Luxemburgo, etc. Pude assim estruturar uma cultura geral, de vez que gostava de ler, dispunha de tempo porque o Recife oferecia então poucas atrações, morava em pensão próxima à Faculdade, ficando em sua sala de leitura, freqüentemente todas as tardes, das duas até as cinco e meia ou seis horas. Cheguei a pensar em fazer o curso de Ciên-

cias Sociais na USP e propus a meu pai financiar a minha transferência para São Paulo, não o fazendo porque na nesta época a economia açucareira estava em crise e meu pai com nove filhos, não tinha condições de me manter em São Paulo. Continuei assim o meu curso de Direito, até que foi criada a Faculdade de Filosofia e fiz o curso de Geografia e História.

Também fiz intensamente política estudantil e no combate ao Estado Novo me aproximei de Gilberto Freyre que era um homem muito aberto e que confraternizou com os estudantes anti-fascistas. Também me aproximei de Josué de Castro, que militou na política pernambucana, tendo representado o PTB na Câmara dos Deputados. Também li os seus livros, sobretudo a Geografia e o Geopolítica da Fome em que os problemas ligados à pobreza eram estudados em profundidade.

Comecei a ler o Gilberto Freyre aos 15 anos e desde então passei a acompanhar toda a sua obra, a proporção que ia sendo publicada. Acho que ele ao publicar "Casa Grande & Senzala" iniciou uma verdadeira revolução na reflexão sociológica no Brasil, fazendo mudar o rumo traçado por pensadores como Oliveira Vianna. Gilberto valorizou a contribuição negra e indígena à formação brasileira e deu grande importância à miscigenação. Também levantou críticas aos problemas sociais, ecológicos e alimentares que atingiam as populações pobres do país. Naturalmente que recebi uma grande influência de sua obra, embora tenha algumas divergências frente às suas conclusões. A obra de Gilberto se reveste de tal importância que mesmo autores marxistas como Darcy Ribeiro fazem à mesma os maiores elogios. E estes são merecidos, sobretudo quando ele estuda a sociedade patriarcal. Certa vez assisti um colóquio entre o historiador Décio Freitas e Gilberto, no gabinete de trabalho deste na Fundação Joaquim Nabuco. Décio afirmou a Gilberto "eu discordo de quase tudo que o senhor escreveu, mas acho que a sua contribuição merece respeito; é maior do que a contribuição que todos nós demos às ciências sociais".

Quanto a Caio Prado gostaria de acrescentar um depoimento: eu era estudante e li um artigo do mestre paulista publicado na revista "Rumo" da Casa do Estudante do Brasil, sob o título "O Problema Humano no Brasil". Neste artigo Caio defendia uma reforma agrária distributiva de terras formando pequenas propriedades. Li, reli, meditei sobre o mesmo e fiz um artigo para um jornalzinho de estudantes dizendo que em algumas áreas de grande lavoura era mais interessante a formação de grandes unidades cooperativas, sobretudo nas regiões de usinas de açúcar. Mandei uma cópia para o Caio e alguns dias depois recebi longa carta do mesmo justificando a sua posição e ponderando que aceitava os meus pontos de vista. Muito jovem, me iniciando em reflexões deste tipo, me senti realizado e mostrei a carta a alguns colegas. Passaram-se anos e ao concluir o meu curso de Direito, meu pai me deu dez contos de réis para que eu fizesse uma viagem ao Rio e São Paulo. Em janeiro de 1946 encontrei no Rio o Aderbal Jurema, crítico literário e historiador, que seria posteriormente Senador da República e este, sabendo que eu ia para São Paulo, solicitou que eu entregasse um livro seu ao poeta pernambucano José Tavares de Miranda. Este fora militante de esquerda e teve que deixar Pernambuco em consequência da Insurreição de 1935, radicando-se em São Paulo. Posteriormente ele ficaria famoso como colunista social da Folha de São Paulo e passaria a ter posições políticas muito conservadoras. Na época, porém, era homem de esquerda e amigo de Caio Prado. Ao me encontrar perguntou se eu queria conhecer o Caio e me levou ao escritório do mesmo na Editora Brasiliense. Ao ser apresentado ao Caio e dar o meu nome ele disse "é o homem das usinas cooperativas". Eu já lera então a Evolução Política do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo que considera um livro fundamental. Aí iniciamos uma amizade que vem até hoje. De Caio Prado recebi sempre atenções e influência intelectual. Assim foi ele que me convenceu a escrever A Terra e o Homem no Nordeste, quem o prefaciou e o publicou pela Brasiliense. Ele acompanhou a minha atuação a frente do Grupo Executivo da Produção de Alimentos, durante o primeiro governo

de Arraes e discutiu comigo várias vezes os problemas do país. Dele recebi grande influência, o que é facilmente notado em meus livros e acredito que a minha heretodoxia em relação à Geografia resulta da influência dele e de Gilberto Freyre. Caio me disse várias vezes que ao escrever um livro não o preocupava a área científica em que atuava, mas o objeto de estudo do livro e Gilberto nunca se deixou cercar por um muro a fim de não opinar sobre assunto não sociológico. Também me considero muito influenciado por autores estrangeiros como Pierre George, quando demonstra que a Geografia é uma ciência eminentemente social e Pierre Mombeig que foi o meu diretor de estudos em Paris, com seus magníficos trabalhos sobre áreas e regiões do Brasil. Não posso esquecer a influência que recebi de Orlando Ribeiro, o grande intérprete da expansão portuguesa e do próprio Aroldo de Azevedo, em cujos livros estudei a partir da 3ª série ginasial. Nas duas primeiras séries os livros de geografia em que estudei, de Gaspar de Freitas, eram verdadeiros catálogos de nomes de países, cidades, montanhas e rios.

GEOSUL - Prof. Manuel, ainda um pouco dessas influências sobre a sua vida. Como é que o senhor compara o seu pensamento do geógrafo nordestino a outros cientistas daquela região, cientistas sociais, como por exemplo José Lins do Rego, Gilberto Freyre, Josué de Castro, José Américo de Almeida ou, mais recentemente Ignácio Rangel, Celso Furtado, Chico de Oliveira e Milton Santos?

GEOSUL - Aproveitando ainda a oportunidade, Manuel, quando se discute a questão agrária no Brasil, que ficou meio parádica nos últimos tempos, aparece aquele famoso debate capitalismo x feudalismo. O pensamento nordestino - é o teu caso, o caso do Celso Furtado é o caso do Rangel e do Chico de Oliveira - por esta ou aquela razão não embarcou na canoa de que eram relações capitalistas as existentes no campo, antes dessa modernização gigantesca que ocorreu recentemente. Tu falas em relações que não eram capitalistas, o Celso Furtado fala em relações feudais, o Rangel

também, o Chico de Oliveira fala em classes camponesas... Em resumo o que eu quero dizer é que há uma espécie de unanimidade entre os nordestinos em não aceitar capitalismo no campo num passado, digamos numas décadas atrás. Gostaríamos que tu também incluísse essa temática em tua resposta.

PROF. MANUEL - Tenho a impressão que é melhor responder por partes. José Lins do Rego é um romancista. Eu fui como ele "menino de engenho". Não sou parente dele, mas minha família e a dele tinham relações próximas. Com Josué de Castro tenho muita aproximação de pensamento. Quanto a Gilberto Freyre acho que trouxe contribuição notável ao pensamento brasileiro. Ele foi, a meu ver, da maior importância pois foi ele que levantou o problema ecológico antes de qualquer outro e o problema da interdisciplinaridade entre as ciências sociais, achando que não havia uma sociologia, uma antropologia, etc, mas uma ciência social. Valorizando as várias ciências sociais, ele fez na sua obra uma análise da vida regional, identificando o Nordeste. Em sua obra central ele analisa a sociedade e suas relações com a natureza. Sua contribuição se agiganta ao lembrarmos que ela foi dada na década de trinta. Ele fez a recuperação do negro e do índio porque até 30 os estudiosos pregavam a superioridade do branco e a necessidade de tornar branca a sociedade brasileira. A Constituição de 1934 lembrou-se do índio, mas procurando civilizá-lo, afastá-lo dos seus costumes e valores. Não apresentava nenhuma preocupação com a cultura negra e índia. Gilberto Freyre teve esta preocupação e analisou a contribuição dessas duas raças à civilização brasileira. Agora, não concordo com Gilberto Freyre quando ele afirma que há uma democracia racial no Brasil, que não existe preconceito de raça, que foram quase inexistentes os maus tratos aos escravos - a escravidão em si já é um mau trato. Em Casa Grande & Senzala ele analisou mais as relações entre senhores e escravos domésticos do que entre os senhores e os escravos em geral. Também o problema sexual foi analisado na década de 30 por Gilberto Freyre - ele foi chamado injusta-

mente até de imoral, de comunista, de perverso, de sem-vergonha porque tratava desses assuntos. Há críticas tremendas da direita radical de então contra ele; os inimigos chamavam Casa Grande & Senzala de "Casa Grande sem sala".

José Américo de Almeida tem uma grande influência para a cultura nordestina e escreveu um excelente ensaio - A Paraíba e seus Problemas - que está sendo editado (4ª edição) pelo Senado Federal. José Américo porém não era apenas um homem de cultura mas um político militante, profundamente autoritário e comprometido com o sistema de poder. Foi também romancista tendo escrito um romance muito importante "A Bagaceira" e outros fracos como "Coiteiros" e "Boqueirão".

Tenho o maior respeito e admiração por Celso Furtado, mas tenho também divergências quanto ao seu pensamento. Eu apoiiei a ação de Celso na Sudene, profundamente nacionalista e progressista mas divergia do modo como ele organizou a política de povoamento do Oeste do Maranhão. Fiz críticas a esta política em "A Terra e o Homem" no Nordeste e ao ocorrer o golpe de 64 estava escrevendo um livro sobre o Maranhão em que fazia sérias críticas a ação da SUDENE. Como golpe, quando ele foi cassado e preso, concluí que não tinha o direito de publicar nada contra a política do Celso e resolvi destruir o manuscrito. Assim evitava que ele caísse em mãos dos vencedores e fosse divulgado, a minha revelia.

As críticas que fiz a política da SUDENE no Maranhão nunca me afastaram de Celso que sempre me deu o tratamento mais cortez. Acho que Celso Furtado é um economista com grande preocupação com o social, tem uma excelente formação teórica e é muito realista. Ao meu ver quanto ao seu posicionamento político e científico ele vem sempre melhorando, merecendo o maior respeito dos estudiosos do Brasil.

Em 1974 eu coordenei na reunião da SBPC, no Recife, um seminário sobre o tema "Meio Ambiente, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento" organizado inicialmente pelo saudoso antropólogo Douglas Teixeira Monteiro. Celso foi o principal participante do mesmo e creio que foi a sua primeira

conferência no Brasil após o golpe de 64. A atração pelo seminário foi de tal ordem que praticamente paralizou os outros eventos da SBPC durante o horário em que se realizou. O Reitor da Universidade, Prof. Marcionilo Lins, portou-se com a maior dignidade, apesar de ter havido pressões contra a realização do seminário e a ele compareceu como simples assistente. Além de Celso e do coordenador fizeram palestras no mesmo Walter Leser, que seria depois secretário de saúde do estado de São Paulo, o ecólogo Ignacy Sechs e o biólogo Warwich Estevam Kerr. Celso aí fez uma análise crítica da teoria e da ação desenvolvimentista sendo a grande figura do seminário.

Quanto a minha posição quanto as relações econômicas no campo nunca defendi o feudalismo no caso brasileiro. Outros colegas do Nordeste aceitam como Alberto Passos Guimarães e Paulo Cavalcanti, mas os grandes defensores da tese estão também no Sudeste, como ocorre com Nelson Werneck Sodré.

GEOSUL - São descendentes de um baiano que era da Faculdade de Direito, Nestor Duarte e essa tradição toda passa por Celso Furtado, Ignácio Rangel, que não ficam falando em capitalismo diretamente.

PROF. MANUEL - Passa por mim também. Acho que a ocupação do Nordeste se deu em função do capitalismo comercial; para mim a relação é capitalista e o Brasil foi uma decorrência da expansão capitalista do século XVI. Agora quando consultamos os textos marxistas aprendemos que o modo de produção não funciona na prática, é uma categoria abstrata, teórica e que quando há o domínio de um modo de produção existem restos do modo de produção anterior e indícios do modo de produção em gestão. Então, acho que no modo de produção dominante, no capitalismo comercial, que muita gente não considera capitalismo, há resquícios feudais e então formou-se no Brasil um sub-sistema escravista, que tem alguns aspectos formais que lembram o modo de produção anterior, semelhanças formais e não de conteúdo. Daí Jacob aprender ter levantado o conceito do

escravismo colonial que eu aceito como um modo de produção subalterno, dominado, dentro do capitalismo comercial, até a abolição. A abolição não foi feita por acaso mas foi o resultado da evolução do processo produtivo que tornou anti-econômica e anti-social a escravidão. Surgiram então formas camponesas de relações de trabalho com arrendamentos e parcerias que precederam a chegada nos anos cinquenta das relações capitalistas mais puras. Gorender chegou a admitir a existência de um modo de produção de transição entre o escravismo e o sistema assalariado, com o qual eu não concordo. Admito que tenha havido e ainda ocorra nas áreas mais tradicionais formas camponesas de relações mas que não chegam a formar um modo de produção dependente. O próprio Gorender em livro publicado pelo Mercado Aberto já recuou desta proposição. Acho que o estudioso não deve encarar marxismo como doutrina, muito menos como religião, de vez que o marxismo é um método de trabalho elaborado por Marx e seus seguidores com tal segurança que ainda hoje está no centro das discussões e que só pode ser aplicado em função do conhecimento da realidade.

Com base neste pensamento minha situação na Geografia brasileira ficou um pouco esquerda porque combati o quantitativismo enquanto pude por saber que ele tinha compromissos com o crescimento econômico sem desenvolvimento, tentando legitimar a política econômica da ditadura, mas combati também, em seguida o falso marxismo de alguns estudiosos brasileiros que pegavam as categorias abstratas elaboradas por marxistas de terceira e quarta geração e tentavam aplicar à realidade brasileira que não fora analisada e refletida por Marx. Tratava-se, na realidade, de intelectuais positivistas que tentavam dar uma versão positivista da dialética, quando é elementar que o marxismo se baseia na práxis e sem o conhecimento da realidade não se pode refletir de forma marxista a organização do território e da sociedade. A diferença entre crescimento e desenvolvimento já fora salientada na década dos cinquenta por François Perroux, grande economista francês que não era marxista embora só hoje é que esta diferença tem acei-

tação geral. Gostaria de salientar que apesar de não aceitar muitas das proposições de Perroux, recebi grande influência intelectual do mesmo.

No Brasil, na década dos 80, observou-se que muitos autores leram textos de marxistas-positivistas, no caso dos geógrafos sobretudo Bunge e Harvey e tentaram aplicar de forma "metafísica" este falso marxismo ao Brasil. Procuravam manter a linguagem hermética dos quantitativistas a fim de parecerem profundos em seus conhecimentos. Esqueciam que o marxismo devia ser estudado em suas fontes iniciais e que a práxis é fundamental para a compreensão marxista das estruturas sociais. O conhecimento empírico tão desprezado pelos positivistas e pelos falsos neo-marxistas é fundamental embora não deva ser cultivado como um fim, mas utilizado na elaboração da formulação das teorias e na caracterização das categorias científicas.

Quanto ao Ignácio Rangel que é uma das mais completas formações de economista do Brasil e homem que sempre se conduziu com dignidade, como cidadão e cientista, confesso que não tenho um maior conhecimento de sua obra. Apenas li alguns dos seus livros e artigos.

GEOSUL - Teus contactos com o Sul do Brasil - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - como ocorreram? Quais foram os primeiros e a seqüência desses contactos? Que impressão tiveste?

PROF. MANUEL - Inicialmente o meu contacto com o Sul do Brasil se deu através da leitura de livros como o de Delgado de Carvalho e de artigos de Leo Waibel, Orlando Valverde e Emílio Williams e Osvaldo Cabral. Tinha grande curiosidade com o problema da colonização porque, no Nordeste, era comum se afirmar que não havia maior desenvolvimento porque a região não recebera colonos alemães, italianos, etc. O desenvolvimento do Sul seria assim o resultado da colonização desenvolvida no século XIX e no início do século XX. Em 1959 tive a oportunidade de visitar o Rio Grande porque a AGB realizou a sua assembléia geral em Santa Maria e fiz excursão a Julio de Castilhos e Tupanciretã.

Voltei em 1960 quando preparava para a Assembléia do AGB a se realizar em Mossoró um seminário sobre "Problemas agrários no Brasil". A partir de então tenho voltado várias vezes a trabalho ou a simples turismo. No Sul conheço razoavelmente o Oeste do Paraná - fui eleito Presidente da AGB em Londrina - e dirigi equipe de pesquisa na região de produção de celulose e papel de Tibaji, em 1961. Conheço superficialmente o Leste do Paraná. Em Santa Catarina além da ilha tenho maior conhecimento do Vale do Itajaí, desejando em futuro próximo subir o planalto para ver o processo de expansão recente em direção a Argentina. No Rio Grande tenho viajado bastante e aguardo com ansiedade a chegada do próximo mês quando devo ir a região missioneira a fim de ministrar um curso na Universidade de Ijuí. Como leitor ávido, costumo todas as vezes que vou a um estado, adquirir livros dos autores locais e lê-los com a maior atenção. Deles recolho informações para minhas reflexões e sugestões teóricas muitas vezes de grande importância. Recebo e leio com freqüência o Boletim Gaúcho de Geografia e o Geosul. Quando disse na Fundação Joaquim Nabuco que ia dar um curso em Ijuí, um colega, naturalmente brincando, perguntou onde ficava esta cidade, e o que eu ia fazer lá? Respondi que ficava na região missioneira do Rio Grande do Sul e que era do meu maior interesse conhecer esta região e trocar idéias e fazer contactos com os colegas que vivem e trabalham lá. Acrescentei que se recebesse convites de outras cidades como Erechim, Passo Fundo, Cruz Alta, Santo Ângelo, etc. voltaria à região com o maior interesse, tirando grande proveito para a minha formação de pesquisador. O que me interessa mesmo, a minha meta é conhecer e compreender o Brasil.

Para atingir esta meta tenho viajado e lido muito. O único estado brasileiro que não visitei é Roraima e só saí do Brasil para o exterior em 1964, com 42 anos de idade, quando já conhecia razoavelmente o meu país. O conhecimento da Amazônia, iniciado em 1955 e continuado com visitas constantes à região é da maior importância para mim e foi enriquecido com um período em que fiquei algum tempo no Acre, ministrando um curso em sua Universidade e foi com-

plementado este ano quando me demorei em Rondonia, no Amazonas e no Pará (vale do Xingu) a fim de realizar pesquisas sobre a produção de cassiterita, financiada pela CNPq.

Este ano graças ao convite do professor Scheibe, tenho tido a oportunidade de um maior contacto com Santa Catarina, trocando idéias com colegas e alunos e viajando mais uma vez ao Vale do Itajaí e a zona carbonífera (Tubarão) onde proferí conferência na universidade local. Espero aprofundar as minhas relações com os colegas catarinenses.

GEOSUL - Prof. Manuel, o senhor também foi professor secundarista em Pernambuco? O senhor trabalhou também em livros didáticos de Geografia, tanto ministrando cursos como participando de elaboração. Como é que o senhor vê a questão do livro didático de Geografia no seu tempo de aluno, no seu tempo de professor e hoje dentro da trajetória de ensino da Geografia no Brasil?

PROF. MANUEL - Olha, no tempo em que eu era aluno estudava-se Geografia nos cinco anos de ginásio e no segundo ano do pré-jurídico (Geografia Humana). Confesso que como estudante de ginásio recebi uma forte influência de um professor de Geografia, Mardônio Coelho que era estudante de direito e ao se formar abandonou o magistério. Em classe ele não só adotava livro moderno, como trazia livros sobre áreas do Brasil para que fossem lidos e discutidos. Me lembro bem de um deles o "A Planície Amazônica" de Raimundo Moraes. No curso pré-jurídico fui aluno de Mário Lacerda que era muito didático, durão, exigente e que baseava suas aulas sobretudo em Jean Brunhes. Na época foi aberto um concurso para professor catedrático do Ginásio Pernambucano e inscreveram-se no mesmo tanto Mário Lacerda com uma tese sobre "Pernambuco Traços de Sua Geografia Humana" como Gilberto Osório com "Amazônia, um Complexo Antropogeográfico" além de outros professores como Mota Filho e Alfredo Menezes. Li estas teses que em alguns aspectos eram inovadoras. Na Faculdade de Direito como já salientei continuei as minhas leituras na área das ciên-

cias sociais incluindo a Geografia.

Licenciado passei a ensinar em colégios particulares, usando os textos de Aroldo de Azevedo muito difundidos em todo o país. No início dos anos cinquenta estive no Recife o editor Carlos Costa, que fundava a Editora do Brasil e procurava possíveis autores de livros para o ensino médio, alegando que em São Paulo e no Rio os melhores autores já estavam vinculados a editoras. No Nordeste esperava encontrar autores potenciais que produzissem bons livros didáticos. Convidou então a Hilton Sette para escrever uma série de livros de Geografia, e este, achando a tarefa pesada para desempenhar sozinho me convidou para colaborar com ele. Fizemos então as séries do Ginásio e do Colégio que tiveram boa adoção de 1952 a 1969. Como era professor e autor trazia o livro e testava nas classes, fazendo modificações a proporção que notava algum problema. Durante o período em que militei no ensino secundário particular e oficial - fui catedrático do Ginásio Pernambucano - eu pude manter o livro atualizado científica e didaticamente. Em 1970 quando deixei o ensino médio passei a ter dificuldade de atualização e abandonei para autores mais jovens e engajados o espaço a ser explorado.

No Ginásio Pernambucano entrei como catedrático interino em 1958 e em 1963 fiz o concurso com a tese "O Vale do Siriji: Um Estudo de Geografia Regional". Ensinei aí até 1969 porque a partir de 1970 fui dispensado de aulas para escrever uma Geografia de Pernambuco e um livro sobre o Recife - o primeiro publicado pela Secretaria da Educação e o segundo pela Editora da UFPE - e em seguida fui posto à disposição da Reitoria da Universidade de Pernambuco, pertencente ao estado. Aí permaneci até 1985 quando me aposentei por tempo de serviço.

Foi o afastamento do ensino médio que me levou a encerrar as minhas atividades como autor de livros didáticos, pois no período o ensino médio foi massificado, teve outras motivações e, no Nordeste passou a haver uma grande carência de material de ensino. Fazer livros didáticos era um bom negócio - tive uma Geografia Geral para o curso de

colégio que se vendia cerca de cem mil exemplares por ano - mas fora da atuação na área, não tinha condições de continuar. Este mesmo motivo me impedia de falar sobre os textos atuais, pois não tenho usado os mesmos.

GEOSUL - Mas como é que o senhor vê hoje os livros didáticos?

PROF. MANUEL - Não tenho nenhum contacto com o ensino médio porque fiquei lecionando apenas na Universidade a partir de 1970 e, nos últimos anos (a partir de 1976) só na pós-graduação. Raramente tenho pegado em livros de texto, quando por exemplo, vou orientar os meus netos e em geral estes títulos são ruins. Quero fazer exceção para os livros dos professores Melhem Adas, Guiomar Goulart e David Marcio que me parecem ter um bom nível didático e de conteúdo. Estes eu tenho foleado e acho que são muito bons e adaptados à realidade e ao momento histórico em que vivemos. A Guiomar é uma profissional admirável, de vez que apesar de haver feito uma carreira universitária brilhante está sempre preocupada com a geografia a nível médio, preocupação que se observa também no Prof. Jan Bitoun, coordenador do Curso de Mestrado em Geografia da UFPE, que ao lado de sua atuação na pós-graduação tem grande preocupação em desenvolver um programa de contacto e orientação a professores de ensino médio. Me convidou recentemente para participar deste trabalho, mas fui franco dizendo "Jan, se eu me meter nisto vou te atrapalhar. Este não é o meu centro de interesse. O meu centro de interesse é o estudo teórico da geografia, de um pensamento geográfico brasileiro baseado no conhecimento da realidade brasileira e preocupado em dar uma contribuição à solução dos problemas do país. Já é muita preocupação para uma pessoa".

GEOSUL - Bem, acho que não podemos encerrar sem uma pergunta da tua experiência no primeiro governo de Arraes.

PROF. MANUEL - No primeiro governo de Arraes eu tentei fazer uma política de acordo com o pensamento dela, que coincidia com o meu. Essa política visava levar ao pequeno produtor o crédito agrícola oficial e a assistência técnica. Então a pedido dele fiz um projeto criando um órgão o "Grupo Executivo de Produção de Alimentos" (GEPa) que levaria o crédito agrícola ao produtor através de convênios do Estado com o Banco do Brasil. Arraes fez alterações ao projeto e criou o GEPa por decreto, me designando para ser o Superintendente do mesmo. Convidado ponderei que não tinha experiência administrativa, mas ele insistiu que eu por ter bom senso e conhecimento da problemática agrária estadual era a pessoa indicada para dirigi-lo. Convém lembrar que nesta ocasião eu acabara de escrever "A Terra e o Homem no Nordeste". Dispuz de grande mobilidade podendo requisitar funcionários e viaturas das várias secretarias e despachava diretamente com o Governador. Esta atuação e o dinamismo que dei ao grupo provocou ciúmes no Secretário da Agricultura - Padre Vanderlei Simões - mas ele sempre manteve um alto relacionamento e espírito de cooperação. O que visávamos era atingir as metas do Governador. Quando este secretário foi substituído por Jader de Andrade - que seria meu companheiro de prisão após o golpe de 1964 - a cooperação foi ainda mais intensificada e trabalhávamos juntos para o sucesso de um governo verdadeiramente popular.

GEOSUL - Esse pequeno produtor era sempre um pequeno proprietário?

PROF. MANUEL - Não, não necessitava ser proprietário para ter acesso ao empréstimo. Quando o programa foi interrompido em abril de 1964 já haviam sido feitos, em três meses, 45 mil contratos de empréstimos. Também participei da Diretoria do BANDEPE (diretor da carteira agrícola por alguns meses) e do Conselho Estadual de Educação. Com o golpe de 31 de março eu fui preso, respondi inquéritos, foram feitos levantamentos contábeis e de atuação ideológica no GEPa, mas não fui indiciado.

Voltei então a Faculdade para reiniciar os meus cursos, mas no primeiro dia um aluno se aproximou de mim e disse "Professor, não me queira mal porque estou cumprindo minha obrigação, mas sou do DOPS e tenho ordens para gravar as suas aulas". Que podia fazer, disse "sente na frente e grave". É evidente que me senti coagido e escrevi aos professores Rochefort e Mombeig informando da situação e solicitando uma bolsa de estudos para a França. Concedida a bolsa solicitei licença do governo federal para me ausentar do país, de vez que esta era indispensável para um funcionário viajar ao exterior. Ao encaminhar o pedido de licença, o Diretor da Faculdade, Duarte Dias que era um amigo meu e se portara com a maior decência no decorrer dos acontecimentos, me disse "você está louco, você é mal visto pelo governo, o DOPS me avisou que gravava as suas aulas e você pede licença para se ausentar do país com todos estes antecedentes?" Respondi "Peço licença porque eles concluíram que eu não cometi nenhum crime, estou melhor do que você que não foi investigado". Tanto o Governo Federal como o do Estado me concederam a licença e viajei para Paris, fiz os cursos a que me propuz e regresssei quando a situação havia sido amainada. Na Universidade desenvolvi meus cursos mas não tinha possibilidade de ascensão a cargos de direção a nível superior, a chefia de departamento ou coordenadoria de cursos. Apesar disto fui eleito duas vezes para o Conselho Universitário e fiz oposição à chamada reforma universitária imposta pelo acordo MEC/USAID que alienou completamente o sistema universitário brasileiro.

Em 1970, ao serem implantados os cursos de pós-graduação fui convidado para ser o coordenador de Economia com a garantia do Reitor Murilo Guimarães e do Vice-Reitor Marcionilo Lins de que não sofreria pressões políticas. Fui assim me reintegrando à vida universitária.

Em 1969 o Governador Nilo Coelho, pensando que o país caminhava para a redemocratização organizou um Grupo de Trabalho da Reforma Agrária, que deveria fazer sugestões sobre a aceleração das medidas de reforma agrária ao GERA - Grupo Executivo de Reforma Agrária - criado no Governo

Costa e Silva. Fui nomeado Presidente do mesmo apesar de informar ao Governador que me opunha ao governo dito "revolucionário" e que continuava solidário com Miguel Arraes, então exilado na Argélia. Nilo era um homem aberto e me afirmou que eu prestaria um serviço ao país e não ao seu governo, com o qual não teria nenhum compromisso político. Na instalação do GERA fiz um discurso externando as minhas posições político-ideológicas, na presença de representantes dos vários setores do governo e das forças armadas e nesta ocasião José Francisco da Silva, que era vice-presidente da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) elogiou o Governador pela escolha e me considerou pessoa de confiança dos camponeses, apesar de filho de senhor de engenho. José Francisco que trabalhara em Vicência conhecia a atuação minha e de minha família em relação aos trabalhadores rurais.

A comissão era composta por técnicos de estado, por representantes da Igreja - o famoso Padre Melo -, dos proprietários de terra e dos trabalhadores rurais e fez uma série de 54 proposições visando intensificar o processo de reforma agrária. O Governador recebeu e publicou o documento, mas veio o AI-5, viu-se que haveria um retorno e não se falou mais em intensificação de reforma agrária. Fui afastado da área de planejamento e me recolhi a Universidade que era o meu verdadeiro campo de ação.

Em política militei no MDB, depois no PMDB e participei da campanha em favor da eleição de Arraes para deputado federal em 1982 e para governador em 1986. Hoje meu trabalho se concentra no CEHIBRA, da Fundação Joaquim Nabuco. Estou desenvolvendo uma pesquisa sobre a produção mineral no Nordeste e Norte do Brasil com o apoio do CNPq e do CETEM e espero contribuir nesta crise com os meus esforços para que o Brasil se encontre e caminhe para uma democracia social de que todos participem e se beneficiem e não apenas os restritos grupos dominantes que exploram o país.